

V SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA

XXIII Semana de Iniciação Científica

07 a 11 de Dezembro de 2020

Tema: "Os impactos e desafios da pandemia COVID no ensino, pesquisa e extensão"



A SELETIVIDADE DO ICMS COMO INSTRUMENTO DE JUSTIÇA SOCIAL E SUA APLICABILIDADE NO BRASIL SOBRE OS ITENS DA CESTA BÁSICA

Maria Ângela Lima da Silva¹, Antonio Furtado de Oliveira²

Resumo: A seletividade tributária quando aplicada no Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) deve ser empregado de acordo com a essencialidade da mercadoria ou serviço. De competência dos Estado e do Distrito Federal a sua instituição deve observar as disposições constitucionais e as regras gerais contidas na Lei Complementar nº 87/96 e as alíquotas determinadas pelo Senado Federal, ficando a critério do ente federado instituí-lo observando a seletividade. Tendo em vista que os itens que compõem a Cesta Básica Nacional são aqueles considerados essenciais, pois, formam a base alimentar da população brasileira, principalmente, de baixa renda, este trabalho objetiva analisar como a seletividade do ICMS está sendo aplicada no Brasil sobre os itens da Cesta Básica Nacional, verificando se, de fato, a seletividade está sendo observada e se está sendo aplicada de modo que o ICMS cumpra a sua função social tributária, sendo instrumento de justiça social. Trata-se o presente estudo de uma pesquisa de cunho exploratório quanti-qualitativa, realizada através de revisão bibliográfica, legislativa e de dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), adotando-se como método o hipotético-dedutivo. Constatou-se que, nos entes federados que adotaram o ICMS seletivo, os itens de cesta básica recebem tributação diferenciada, com alíquotas menores, inobstante a seletividade do referido imposto não cumpre a sua função social, porque outros itens de primeira necessidade, tais como a energia elétrica e o gás de cozinha, não recebem o mesmo tratamento, resultando numa compensação da tributação diferenciada promovida sobre os itens da Cesta Básica.

Palavras-chave: Seletividade. ICMS. Justiça Social. Função Social. Capacidade Contributiva.

¹ Autora, Universidade Regional do Cariri, Graduanda do Curso de Bacharelado em Direito, email: angela.lima@urca.br

² Orientador, Universidade Federal do Cariri, Professor Me. do Curso de Bacharelado em Direito, email: antoniofurtado.profurca@gmail.com